

Missão do FMI chegará semana que vem

Na próxima semana deverá chegar a Brasília uma missão de técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) para retomar as negociações formais com o Governo brasileiro, visando a definir as metas dos critérios de performance para o plano de ajuste da economia em 1989.

As conversas deverão ser um prolongamento dos entendimentos iniciados em Washington, há duas semanas, quando uma missão brasileira levou ao FMI as primeiras projeções sobre o déficit público deste ano. Estima-se que os técnicos do FMI deverão permanecer no País por duas ou três semanas, sendo que o chefe do Departamento do Atlântico Sul, Thomas Reichmann, só deverá chegar no início de abril.

O programa de ajuste para este ano deverá traçar metas para três conceitos que medem a evolução do

déficit público: nominal (que inclui as correções monetárias); operacional (que desconta a correção monetária e cambial); e primário (que desconta as correções monetária e cambial, além de excluir da contabilidade todos os encargos da dívida interna e externa).

Com relação à inclusão do conceito primário no plano de ajustes deverá ser definido um superávit e não um déficit, em função da exclusão dos juros devidos pelo setor público.

DIFICULDADES

A principal dificuldade nas negociações deverá ser com relação à meta do déficit operacional. Em razão do crescimento da taxa de juros da LFT depois do Plano Verão, o FMI terá de aceitar uma meta acima da relação de 2 por cento do Produto Interno Bruto

(PIB), que havia sido prevista em meados do ano passado.

A dificuldade não estaria nem tanto no fato de convencer o FMI a aceitar uma nova meta, mas na própria superação da armadilha provocada pela elevação da taxa de juros. O Governo precisa manter os juros altos como forma de desestimular a especulação e conter o consumo, mas, por outro lado, o custo da rolagem da dívida interna poderá tornar-se insuportável.

Uma estimativa utilizada por técnicos da área econômica dá uma idéia da magnitude do problema: "supondo um estoque médio da dívida mobiliária em torno de 15 por cento do PIB, uma taxa de juros real de 30 por cento ao ano tende a gerar encargos financeiros da ordem de 4,5 por cento do PIB. Somando-se os juros exter-

nos pagos pelo setor público, atinge-se o montante de 7 por cento do PIB.

De acordo com esses técnicos, para que o déficit operacional situe-se em nível razoável — algo como os 2 por cento do PIB propostos ao FIM em meados do ano passado — seria necessário gerar um superávit primário de 5 por cento do PIB. "Esse é um resultado praticamente impossível de ser atingido, tendo em vista a política fiscal que o Governo tem adotado e o desempenho recente da arrecadação de tributos federais", ponderam.

A falta de credibilidade na capacidade do Governo em reverter a política fiscal ou modificar as condições de pagamento da dívida externa estaria elevando, de maneira dramática, o custo da política monetária.